

Relação entre o espaço, os movimentos sociais e a educação

The relationship among education, space and social movements

Vania Regina Boschetti

Doutora em Ciências (USP) Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (UNISO). E-mail: vania.boschetti@prof.uniso.br

Resumo

O artigo faz um estudo sobre os movimentos sociais e os projetos deles decorrentes. Procura entender a produção da problemática urbana em seus aspectos mais intensos: a segregação, as desigualdades sociais, a violência. Indaga: é possível ir além das causas socioeconômicas do contexto em que se vive? Os movimentos sociais seriam absolutamente isentos de interesses por parte dos grupos e corporações que os adotam? Para responder a tais questões foram tomados conceitos das Ciências Sociais que permitem melhor compreender a sociedade civil, o Estado, o cidadão. Considera também a expansão das necessidades sociais diante do crescimento, da estruturação e da ocupação do espaço urbano identificado como local das mais agudas situações de insegurança e violência e, por isso, alvo dos projetos sociais mais diversos.

Palavras-chave

Segregação. Movimentos sociais. Educação.

Abstract

The article makes a study about the social movements and their resultant projects. The article looks forward to understand the urban problematic production over its deeper aspects: the segregation, the social differences, the violence. Then it asks: is it possible to go beyond the social-economic reasons in which we live in? Would the social movements be out from the groups and corporations that adopt them? To answer these questions we took concepts from the Social Sciences that allow, in a better way, to comprehend society, the State, the citizen. It also considers the increase of the social needs related to development, structure and occupation on the urban spaces, identified as a place of the most serious insecure and violent situations, and for that reason it becomes a target for the most different social projects.

Key-words

Segregation. Social movements. Education.

Estudar os movimentos sociais e os projetos deles decorrentes é uma forma de circular pelo universo dos direitos sociais da ação e da participação, a partir das alternativas mobilizadoras de uma prática social cada vez mais frequente. É também entender a produção da problemática urbana em aspectos intensos: a segregação, as desigualdades sociais, a violência. Refletir sobre essas questões leva a indagar: é possível ir além dos determinismos socioeconômicos do contexto em que se vive? Os movimentos sociais que redundam em projetos socioeducativos nas periferias e favelas das grandes e médias cidades seriam absolutamente isentos de interesses por parte dos grupos e corporações que os adotam?

Para responder a tais questões é preciso considerar a interferência dos conceitos das Ciências Sociais para melhor dimensionar sua concretude, pois é essa a área do conhecimento que tem registrado a vida dos homens e suas ações em tempos globalizados. São teorias e conceitos que permitem interpretar e melhor compreender a sociedade civil, o Estado, o cidadão, as elites e as massas.

Na prática, não se pode desconsiderar, por outro lado, a expansão das necessidades sociais diante do crescimento e da estruturação do cotidiano, da alteração do mercado imobiliário e do mercado de trabalho por serem fatores determinantes na ocupação dos espaços urbanos em forma de favelas e de bairros periféricos. Constituídos pela população carente e pauperizada em todas as instâncias, são hoje identificados como reduto das mais agudas situações de insegurança e violência e, por isso,

alvos dos projetos sociais diversos: particulares, institucionais ou com ação direta do poder público.

De acordo com o princípio constitucional, cabe ao Estado a responsabilidade de oferecer e garantir à população benefícios como saúde, educação, segurança, previdência, numa relação de troca direta entre pagamento de impostos e prestação de serviços.

No caso do Brasil, boa parte dos impostos foi absorvida no pagamento da dívida externa. Nas últimas décadas, os governantes recorreram aos empréstimos internacionais (compactando assim com os interesses das grandes instituições bancárias, do FMI e do Banco Mundial). A prioridade governamental foi atender aos interesses das grandes corporações transnacionais que:

[...] passaram a impor novas formas de conduzir as políticas públicas em campos diversos como os transportes, a saúde, a educação e o meio ambiente. À medida que cresceram as interferências externas, diminuiu a importância das chamadas forças sociais internas, que perderam muito da sua capacidade de pressão sobre o Estado. (NAVES apud PINSK, 2003, p. 564)

Há, portanto, um clima de miséria crescente que atinge cada vez mais pessoas e segmentos sociais. Ora, quando o poder central deixa de atender aos compromissos emergenciais presentes na vida da coletividade, uma tendência natural de organização alternativa se faz presente. É ela que começa a responder às demandas sociais, configurando a existência e a atuação do terceiro setor.

Tem-se consciência de que a política deixou em suspenso, durante muito tempo, o reconhecimento dos problemas e das questões sociais. O déficit público não permitiu a existência de um Estado provedor, que sofreu um recuo ainda maior com o neoliberalismo, aumentando o fosso entre as necessidades sociais e a responsabilidade do Estado, ao mostrar o que tem de mais perverso: a miséria crescente que atinge cada vez mais pessoas e grupos sociais.

Na prática, isso se converteu em prejuízo aos interesses da população, pois uma vez cumprido o pagamento aos credores, pouco sobra para a ação responsável devida pelo Estado aos seus cidadãos. Daí a propagação de projetos e de ações a partir do:

Conjunto de atividades espontâneas, não governamentais e não lucrativas, de interesse público, realizadas em benefício geral da sociedade e que se desenvolvem independentemente dos demais setores (Estado e mercado), embora deles possa ou deva receber colaboração. (MAURO; NAVES, 1999, p. 40).

Os movimentos sociais se fundamentam em questões de identidade coletiva e se caracterizam por um alcance limitado às questões vivenciadas no cotidiano dos grupos sociais. Na atualidade, a demanda de movimentos sociais tem multiplicado, tendo em vista o número de pessoas excluídas do acesso aos direitos básicos, aos bens de serviços e de consumo. Para André Urani, presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) e especialista em diagnóstico dos espaços populares e propostas de políticas públicas, não basta apontar só para os jovens, é preciso mirar a população como um todo,

É preciso reconstruir o imaginário coletivo, mudar os parâmetros de sucesso e, para isso, ampliar o horizonte de espaço e de tempo. Hoje o morador da comunidade carente está confinado ao aqui e agora. É preciso que seja criada uma perspectiva diferente e mais ampla de tempo e espaço. Se todo o imaginário dele é voltado para o consumo, ele vai ser imediatista. E se todos os referenciais são apenas os da comunidade, ele vai ascender por meio do tráfico. (URANI, 2004, p. A12).

Historicamente, os movimentos sociais no país, até os primeiros anos da década de 80, caracterizaram-se por macrocategorias: educação popular, movimento estudantil, “diretas-já”, Reforma Agrária, defesa do consumidor, movimentos ativistas para obtenção de recursos, de medicação para aidéticos, campanhas de prevenção à doença e de combate ao preconceito. Foram ainda movimentos que se definiam no campo de lutas por melhorias salariais, por geração de renda e de trabalho, em defesa de grupos étnicos, do meio ambiente; por mudança de regime político, ou ainda, na perspectiva de algumas causas e valores gerais.

[...] a análise em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das diferenças dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos, entre outros. (SCHERER, 1994, p. 10).

Envolvendo cada vez mais segmentos da população, esses movimentos vão rompendo com as formas tradicionais de assistencialismo e vão criando, sob essa perspectiva, um fenômeno novo, pois tem como centro a figura do cidadão e seus direitos básicos, como educação, saúde, lazer, esporte, arte, ainda não atendidos pelas políticas governamentais na sua totalidade. Exemplificando, referem-se a essa perspectiva as situações elencadas por Frigotto (1995, p. 87): adoção de escolas públicas, escolas cooperativas e comunitárias, a pulverização dos organismos não governamentais (que comprometem o trabalho das verdadeiras ONGs), aos quais se acrescentariam: o Telecurso, o Amigos da Escola, os Programas de Alfabetização de Adultos e de erradicação do analfabetismo, o Criança Esperança, os programas de quase todas as Fundações e de Institutos Sociais. Em todos eles, apesar da diversificação de propósitos, a formação e qualificação para o trabalho é das bandeiras mais fortes.

Estudos acerca dos movimentos sociais mostram que eles representam um novo tipo de associativismo que amplia a sua importância à medida que interpenetram a realidade experienciada anteriormente, suas potencialidades e limites, com alternativas comuns e com parcerias formais. O desafio que se estabelece está em encontrar um consenso sobre o que, quem e como é possível responder aos anseios da sociedade em relação ao seu bem-estar como coletividade.

Há consciência da necessidade de capacitação cada vez mais abrangente para o desenvolvimento pessoal, para a

inserção e permanência no mundo do trabalho, como também para a aquisição de recursos que permitam o usufruto dos recursos que a sociedade oferece. Como afirma Gramsci (apud NOSELLA, 1992, p. 82)

Não é uma questão de aprendizagem técnica, nem a mecânica preparação para o mercado, é antes de tudo aprendizagem de hábitos adequados para lidar ou lutar no mundo do trabalho... é adquirir as qualidades necessárias para enfrentar a luta e a competitividade existente no campo do trabalho.

Os projetos estabelecidos para o atendimento das comunidades carentes tem se constituído uma prática satisfatória nos últimos tempos. Não se pode negar que, enquanto propósitos sociais, a livre iniciativa se apresenta como uma ação compensatória às políticas governamentais no setor. Comparando com mais eficiência, quer pelos recursos aplicados, quer pela constância, as parcerias, os patrocínios e mesmo os apadrinhamentos constituem um aspecto louvável do direcionamento de recursos particulares aos projetos socioeducativos existentes para os segmentos mais segregados da população.

A partir dos anos 1990, destacam-se outras categorias que passaram a ser introduzidas nos movimentos sociais, como a dicotomia entre o público e o privado, a questão da cidadania, a cultura política presente nos espaços associativos, a importância das experiências cotidianas. A preocupação com a construção dos espaços de cidadania leva a reflexões éticas e de valorização da vida humana, como o combate à violência e a busca de alternativas para a

vida pessoal e social, redesenhando as atividades pelos direitos humanos e sociais.

Os movimentos da sociedade atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas formadas assim – formas-conteúdo – podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço. (SANTOS, 2002, p. 106).

Gohn (1997) ressalta essas tendências que se fortaleceram no cenário social do Brasil nos anos 90: o crescimento das ONGs e as políticas de parcerias. A intenção prioritária das ONGs reside na mobilização das pessoas em face de ideais localizados e específicos, mas potencialmente universalizáveis. Para a autora, essas tendências são faces complementares das políticas sociais contemporâneas, sobretudo nos países industrializados do Terceiro Mundo. São orientações voltadas para a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para “comunidades” organizadas em trabalhos de parceria com o poder público não-estatal e com a iniciativa privada também.

No plano das análises, nos anos 90 se enfatizam duas categorias básicas: a cidadania coletiva e a exclusão social. A primeira [...] apresenta como novidade pensar o exercício da cidadania em termos coletivos, de grupos e instituições [...] que têm que desenvolver um novo aprendizado, pois não se trata apenas de reivindicar, de pressionar ou demandar. Trata-

se agora de fazer, de propor, de ter uma participação qualificada [...]. A segunda, relativa à exclusão, decorre das condições socioeconômicas que passam a ser imperativas, causadoras de restrições e situações que Durkheim caracterizaria como anomia social: violência generalizada, desagregação da autoridade estatal, surgimento de estruturas de poder paralelo, etc. (GOHN, 1997, p. 38-39).

O mundo está imerso numa crise caracterizada por problemas como: fragmentação social, instabilidade econômica e incerteza quanto ao futuro. Ao mesmo tempo, o mundo dos homens é cada vez mais o mundo da mercadoria, no qual o desejo de aquisição independe das condições para consumir. Por essa razão, as necessidades dos grupos humanos não diferem quanto à aspiração de posses e bens, até porque elas se reproduzem por conta da sociedade de consumo. Além disso, as necessidades de fundamentação antropológica, como segurança, trabalho, lazer, informação, educação, saúde e organização vão se tornando mais presentes e se constituindo num desafio social, pois o que é aspirado dificilmente é atingido.

Numa visão macroestrutural, é preciso ainda considerar que houve o desdobramento das crises econômicas intensificadas pela globalização, como a expansão da pobreza, as agressões ao meio ambiente, os índices de inflação, o desemprego, a miséria e a desigualdade social - conjunto das injustiças alinhavadas pelo agravamento dos preconceitos, da intolerância e do racismo.

Na perspectiva do pensamento de Chesnay (2004, p. 12), as movimentações do capital pelo mundo explicam o papel

das empresas na economia mundial e redundam na supremacia do “capital especulativo financeiro” sobre o “capital produtivo”. Isso significa que as grandes corporações, ao realizarem seus investimentos, provocam novas condições econômicas (e novas políticas, como o neoliberalismo) restritivas que beneficiam reduzido número de habitantes de um país. Segundo seus dados, por exemplo, no Brasil, apenas 15% da população é contemplada com os dividendos dessa prática econômica. São advindos desse modelo econômico os problemas sociais que afetam todas as grandes cidades e que passam pelos dramas sociais produzidos pela pobreza e pela globalização da cultura até a intensificação da violência em virtude do crime organizado.

As crises econômicas aliadas à globalização – desemprego crescente, competitividade entre as empresas, reforço das exclusões ao desarticular instituições que eram defensoras dos trabalhadores como os sindicatos – propiciaram uma reengenharia na compreensão dos direitos e nas reivindicações dos cidadãos. Aprofundando a ideia, Souza (2000, p.100) afirma que os movimentos sociais são formas de enfrentamento das contradições sociais que se expressam em reações coletivas a algo que se apresenta como bloqueio, ou afronta os interesses coletivos.

Diante de tal quadro social, cresceram as atitudes de solidariedade. Reportando-se a Bresser Pereira e Grau, Maria Alice Costa (2003) enfatiza que a crise do Estado ainda trouxe novas exigências de gestão, esclarecendo que a reestruturação industrial leva organizações empresariais,

notadamente as de grande porte, a adotar uma política social que ultrapassa aquelas já pontuadas pela legislação. Essa reestruturação inclui a emergência de um espaço de envolvimento em trabalhos voluntários de cunho assistencialista, de mobilização ou de ações diferenciadas (fundações, institutos, associações) tornada uma tendência mundial e que aponta para formas de ações coletivas capitaneadas por associações e número agregado de atores.

Neste cenário, a sociedade civil identifica as grandes corporações como as grandes beneficiárias do neoliberalismo. Muitas empresas, em face dessa situação, optaram por parcerias com as ONGs e com projetos sociais como uma forma de minimizar os danos causados às pessoas e ao ambiente. A orientação prioritária das ONGs tem sido a de mobilizar pessoas e ideais com interesses localizados, distanciando-se do poder decisório do poder público e buscando melhorias nas condições de vida.

Para Lester Salomon (2002), teórico americano especialista em terceiro setor, a atitude das empresas nada tem de altruísmo desinteressado. O que está em jogo é a própria reputação das empresas. A qualidade do produto e a qualidade gerencial, afirma Costa (2003), são hoje fatores competitivos essenciais para atrair clientes, aumentar a produção e promover redução de custos. Deve-se frisar também que focalizar no fator humano e social parte da política da empresa é uma fórmula garantida de consubstancializar simpatia, interesses e vantagens competitivas.

As ações filantrópicas voltadas para a formação e qualificação para o trabalho,

por exemplo, estão dentro dessa ordem de estruturação: atendem, quase sempre – muito e bem – aos carentes, mas também são canais de benefícios para a própria atividade empresarial. Cláudia Vasallo, em edição da Revista Exame (abril, 1997), afirma que “o mundo corporativo nunca esteve tão disposto a fazer o bem quanto hoje”. Isso porque, além dos incentivos governamentais que incidem sobre essas práticas, o empresário garante a existência de um contingente de mão-de-obra potencial, veiculação contínua de estagiários, reconhecimento público, fidelidade por parte dos funcionários direta ou indiretamente ligados aos projetos.

Ao investir em programas sociais e culturais, as empresas ganham em propaganda e na própria autopreservação: beneficiam o público interno ao atender funcionários e dependentes, fornecedores e parceiros dos negócios e também o público externo por estenderem às comunidades várias modalidades de apoio e ajuda. Afirma Naves (2002, p. 563):

O exercício da responsabilidade social agrega valor à marca: o consumidor de hoje, envolvido com a cidadania, identifica-se mais facilmente com produtos fabricados por empresas que tenham, assim como ele, preocupação social e ambiental”. A mesma estratégia de comunicação vale para outros segmentos da sociedade: funcionários, fornecedores, comunidade circundante, governo e sociedade de modo geral.

Mesmo considerando o real envolvimento de algumas dessas empresas e o comportamento consciente e engajado de muitos desses trabalhos, não se pode dei-

xe de considerar que tal marketing social não pode ser ignorado pelo que resulta em reconhecimento da sociedade em relação aos projetos sociais das empresas, preocupadas com a questão ambiental, a saúde, a educação, a cultura que, na verdade, constituem-se em parcelas de uma grande dívida social.

Enquanto “*filantropia estratégica*”, expressão cultivada por Pablo Gentili, a beneficência atua hoje como um novo componente corporativo da atividade empresarial que se interessa por essa prática para a elaboração de:

- nova imagem : mais social que lucrativa;
- novos mecanismos de diferenciação por conta de clientes que começam a valorizar atributos antes desconsiderados;
- maior engajamento dos funcionários com a filosofia da empresa, permitindo assim maior produtividade, aumento da autoestima e do orgulho de pertencer a uma empresa preocupada e responsável com o bem-estar dos indivíduos;
- articulação de iniciativas originadas nos vários planos da sociedade civil.

Contemplados por uma diversidade de legislação, esses projetos se orientam, provavelmente, pela *learning economy*, pela qual:

[...] a produção individual ocupa um lugar importante e a dinâmica econômica está fundada na reprodução das condições locais de aprendizagem: fatores não mercantis, político-culturais, constituídos pelas convenções entre os agentes econômicos. (RIBEIRO, 1999, p. 72).

No que toca aos patrocínios, parcerias, educação profissional dos jovens, iden-

tifica-se, por exemplo, a lógica neoliberal que faz do Estado um gestor dos fundos públicos para um capital que transforma direitos sociais em serviços fundamentais, não mais sob a ótica do Estado, mas das empresas, grandes conglomerados, grupos financeiros, filantrópicos e fundações.

Ligando a problemática das favelas e das periferias com as tendências sociais apresentadas, fica possível identificar as questões que levam à adoção de políticas focalizadas e compensatórias na busca de uma identidade do lugar ocupado no espaço. Ponteiam, então, projetos, na perspectiva de criar condições para melhorar o “viver urbano”. Os movimentos sociais organizados em sua configuração apresentam as seguintes características:

- interação de interesses comuns;
- prática de decisões compartilhadas;
- participação comunitária.

Independente da origem que distingue os diversos programas e projetos sociais, alguns indicadores os unificam enquanto objetivadores do trabalho que se propuseram a realizar:

- as reduzidas possibilidades pessoais e sociais das crianças e os jovens, nos espaços segregados;
- a tentativa de superação da subcultura da pobreza que leva ao conformismo social, ao desinteresse pela integração às instituições da sociedade;
- valorização da identidade cultural;
- construção da cidadania.

Esses indicadores podem ser entendidos como alternativas de interrupção do processo civilizador, provocado, entre outros, pela explosão da violência. Além dela, há

que se considerar problemas atuais como a fragmentação das relações familiares e de vizinhança, o endividamento das pessoas e a territorialização do espaço pela criminalidade. Por isso, os esforços que ajudam a apontar alternativas e encaminhar soluções, evitar e resolver problemas, estão, de forma muito especial relacionados à população jovem (na faixa de 12/18 anos)², clientela em aberto, a quem se deve contemplar urgentemente com políticas públicas de geração de emprego, educação saúde, previdência e segurança.

Por essas razões é que os projetos para a infância e a juventude passaram a ocupar papel de relevância na sociedade como recursos de um processo educacional mais amplo voltado para uma ação educativa capaz de contemplar a educação como experiência humana, o que implica também a cultura e o fazer histórico.

Na prática, porém, nem sempre se consegue viabilizar essa atitude. Se do ponto de vista educacional toda a aprendizagem é válida e merecedora de respeito, do ponto de vista histórico a diferença é essencial, pois para todos os homens, a educação é o:

[...] locus onde se educam, onde se sabem, constroem sua identidade coletiva e constroem um saber social [...] preservando e formando para resistir à corrupção da vida, do convívio social e do trabalho. (ARROYO, 1995, p.90).

Portanto, a educação enquanto direito social remete invariavelmente a um tipo de ação associada ao conjunto de direitos políticos e econômicos que estão além dos aligeiramentos muitas vezes presentes em alguns movimentos sociais. Direito à

educação não pode ser apenas elemento contundente do discurso e ficar reduzido a uma mera formulação retórica.

Cabe acrescentar, inclusive, que, em todos os movimentos em defesa da educação e qualificação para o trabalho, notadamente na educação das crianças e adolescentes pobres, a ênfase maior é colocada nos aspectos disciplinadores, procurando mesmo objetivar o homem enquanto força de trabalho, repetindo a clássica polaridade entre trabalhadores e intelectuais na qual se dá mais disciplina e produção para os primeiros e mais condições e estudos para os outros.

Para superar tais limites, os movimentos sociais têm se mobilizado por meio de encaminhamentos, construção de identidades, de socialização, de desenvolvimento de talentos artísticos e esportivos que, atuando como ampliadores de oportunidades, buscam uma equidade social num país que tem na desigualdade sua manifestação social mais emblemática.

Concluindo, cabe ressaltar que muitos dos movimentos sociais nascem, crescem e morrem. Alguns mudam seu direcionamento e os grupos de atuação. Há exceções, porém, aqueles que nascem, crescem, emergem e prosperam por terem pontado com sucesso projetos que vão além do mero assistencialismo e se direcionam na perspectiva audaciosa de educar para a cidadania por meio de uma prática além das palavras. Audaciosa porque é uma empreitada que até o sistema formal de

ensino tem logrado alcançar. Antes de qualquer coisa, é fundamental que os movimentos sociais se estruturam em qualidade, organização, planejamento, competência, profissionalismo e respeito pelo ser humano que lhes chega. Algo muito distinto daquela ideia de que “para pobre qualquer coisa serve”. Num país como o nosso, polarizado entre privilégios e carências, a incidência dos movimentos sociais acaba por ocupar o papel do Estado no atendimento à população e, pelo menos em parte, por criar mecanismos para o desenvolvimento do cidadão de forma que “os avanços da cidadania, se tem a ver com a riqueza do país e a própria divisão dessa riqueza, depende também da luta e das reivindicações, da ação concreta dos indivíduos” (PINSKY, 2003, p.13).

Notas

¹ NAVES explicita o conceito do neoliberalismo: Retomada da concepção liberal (de Adam Smith/séc.XVIII) da não regulamentação das forças do mercado. O mercado das trocas financeiras e comerciais é visto como harmonizador/catalizador automático dos interesses individuais de seus cidadãos (in *História da cidadania*, 2003, p.565)

2. Calcula-se um contingente populacional jovem de 87% vivendo em áreas consideradas urbanas. Entre os jovens de 15 a 24 anos, um terço de mortes é atribuído a armas de fogo, especialmente em regiões metropolitanas como o Rio de Janeiro. Neste estado de coisas, o grupo de jovens carentes é mais vulnerável à morte violenta por causas externas. Além disso, há a questão da prematura iniciação sexual dos jovens. Uniões precoces, gestações desejadas ou não, no curso da vida dessas populações. (GONÇALVES, 2003, p. 163).

Referências

- ARROYO, Miguel. O direito do trabalhador à educação. In: GOMEZ, Carlos Minayo et al. (Org.). *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1995.
- BOSCHETTI, Vania Regina. *Da cidade e dos espaços de segregação da cidade – o Programa Social da Mangueira no Rio de Janeiro*. 2004. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- CHESNAY, François. Ruptura radical é saída para o Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 maio 2004. A12.
- COSTA, Maria Alice Nunes. Sinergia e capital na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nov. 2003.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão. In: GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão*. Petrópolis: RJ: Vozes, 1995.
- GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GONÇALVES, Maria Alice Rezende. *A vila olímpica verde-e-rosa*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- MAURO, José Eduardo Marques; NAVES, Rubens. Terceiro Setor e suas perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, Caxias do Sul, v. 7, n. 2, p. 40, 1999.
- NAVES, Rubens. Novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 563.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- RIBEIRO, Marcelo Afonso. Espaço urbano: o silêncio ruidoso das ruas. *Revista Unicsul*, São Paulo, n. 5, p. 60-74, abr. 1999.
- SALOMON, Lester. Entrevista. *Carta de Educação Comunitária*, São Paulo, ano VII, n. 38, p. 12, jul./ago. 2002.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SCHERER, Ilze. Organizações não governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 3, jul./set. 1994.
- SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SZWARCWALD, C. D.; LEAL, M.C. Sobrevivência ameaçada dos jovens brasileiros: a dimensão da mortalidade por armas de fogo. In: JOVENS acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998. 2v, p. 363-396.
- URANI, André. Ruptura radical é saída para o Brasil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 maio 2004. A12.

Recebido em abril de 2010.

Aprovado para publicação em junho de 2010.